

**POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA  
ESTUDANTIL DA  
UNIVERSIDADE FEDERAL  
DO TOCANTINS:  
uma análise a partir dos  
documentos institucionais**

STUDENT ASSISTANCE POLICY OF  
THE FEDERAL UNIVERSITY OF  
TOCANTINS:  
an analysis from the institutional  
documents

POLÍTICA DE ASISTENCIA  
ESTUDIANTE DE LA UNIVERSIDAD  
FEDERAL DEL TOCANTINS:  
un análisis a partir de los  
documentos institucionales

**Keile Aparecida Beraldo<sup>1</sup>**  
**Nathanni Marrelli Matos Mauricio<sup>2</sup>**  
**Waldecy Rodrigues<sup>3, 4</sup>**

**RESUMO**

O objetivo deste artigo é analisar a implantação da Política de Assistência Estudantil na Universidade Federal do Tocantins a partir dos documentos institucionais, fundamentados na revisão bibliográfica. A pesquisa se caracteriza

<sup>1</sup> Doutorado em Desenvolvimento Rural (UFRGS). Mestrado em Ciências do Ambiente (UFT). Graduação em Economia (FEA). E-mail: [keile@uft.edu.br](mailto:keile@uft.edu.br).

<sup>2</sup> Mestranda do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas (GESPOL-UFT), Especialista em Gestal Pública (FAEL) e graduação em Administração (UFT). E-mail: [nathanni@uft.edu.br](mailto:nathanni@uft.edu.br).

<sup>3</sup> Graduado em Ciências Econômicas pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), mestre em Economia pela Universidade de Brasília (UnB), Doutor em Estudos do Desenvolvimento Comparado nas Américas (UnB) e Pós-Doutorado em Economia (UnB). Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Federal do Tocantins. E-mail: [waldecy@uft.edu.br](mailto:waldecy@uft.edu.br).

<sup>4</sup> Endereço de contato com os autores (por correio): Universidade Federal do Tocantins, Campus Porto Nacional. Rua 03, Q17 Jardim dos Ipês. CEP: 77500-000 - Porto Nacional, TO – Brasil.

como descritiva, de abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental como técnica para coleta de dados. Os resultados demonstraram que desde a criação da Política de Assistência Estudantil da UFT, em 2005, os programas oferecidos foram modificados, buscando abranger todas as áreas do PNAES, porém, essa política ainda se encontra aquém do ideal. A análise dos relatórios institucionais mostra o crescimento da Política de Assistência Estudantil da UFT e os caminhos da gestão para sua consolidação, mas com relação a transparência das informações são necessários aperfeiçoamentos.

**PALAVRAS-CHAVE:** Gestão; Relatórios; Assistência Estudantil; Consolidação.

#### **ABSTRACT**

The purpose of this article is to analyze the implementation of the Student Assistance Policy at the Federal University of Tocantins based on the institutional documents, based on the bibliographic review. The research is characterized as descriptive, qualitative approach, using documentary research as a technique for data collection. The results showed that since the creation of the UFT Student Assistance Policy, in 2005, the programs offered were modified, seeking to cover all areas of the PNAES, but this policy is still far from ideal. The analysis of the institutional reports shows the growth of the Student Assistance Policy of the UFT and the ways of management for its consolidation, but with respect to the transparency of the information, improvements are necessary.

**KEYWORDS:** Management; Reports; Student Assistance; Consolidation.

#### **RESUMEN**

El objetivo de este artículo es analizar la implantación de la Política de Asistencia Estudiantil en la Universidad Federal de Tocantins a partir de los documentos institucionales, fundamentados en la revisión bibliográfica. La investigación se caracteriza como descriptiva, de abordaje cualitativo, utilizando la investigación documental como técnica para la recolección de datos. Los resultados demostraron que desde la creación de la Política de Asistencia Estudiantil de la UFT, en 2005, los programas ofrecidos fueron modificados,

buscando abarcar todas las áreas del PNAES, sin embargo, esa política aún se encuentra por debajo del ideal. El análisis de los informes institucionales muestra el crecimiento de la Política de Asistencia Estudiantil de la UFT y los caminos de la gestión para su consolidación, pero con relación a la transparencia de las informaciones son necesarias mejoras.

**PALABRAS CLAVE:** Gestión; Informes; Asistencia Estudiantil; Consolidación.

Recibido em: 12.03.2017. Aceito em: 19.06.2018. Publicado em: 01.08.2018.

## Introdução

Apesar dos avanços, o Brasil ainda tem desafios em relação à efetivação do direito à educação e à igualdade das condições de seu acesso e permanência, garantidas na Constituição Federativa do Brasil (1988) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, Lei n. 9.394 (1996), principalmente no que diz respeito a ampliação das políticas de expansão e democratização do ensino superior (LIMA; FERREIRA, 2016).

A ampliação dessas políticas objetiva a igualdade de oportunidades para os estudantes, permitindo o acesso da população de baixa renda às universidades públicas. Tais políticas são levadas adiante por meio de programas como o Reuni, o sistema ENEM/SISU e a lei de cotas. Esses programas de acesso alteraram o perfil socioeconômico das universidades e demandam uma política que garanta a manutenção e permanência desses estudantes, antes excluídos.

Diversos estudos dentre os quais Costa (2016) afirmam que a desigualdade social no país reflete, também, dentro das universidades, visto que as condições socioeconômicas de grande parte dos alunos são desfavoráveis à entrada e à permanência nos cursos escolhidos.

Dentro desse contexto, a Assistência Estudantil vem ganhando destaque nas discussões, no âmbito da comunidade acadêmica e na agenda do Governo Federal. Assim, foi elevada ao status de política pública, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, por meio do Decreto nº 7.234 de 19 de julho de 2010 (DOS REIS DUTRA; DE SOUZA SANTOS, 2017).

O PNAES é um programa do Governo Federal que tem por finalidade ampliar as condições de permanência dos jovens de baixa renda na educação superior pública federal, por meio do repasse de recursos às instituições federais de ensino superior (IFES) para implantação de ações de assistência

estudantil nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Cada IFES deve executar as ações considerando as suas especificidades e necessidades do seu corpo discente (BRASIL, 2010).

A Universidade Federal do Tocantins (UFT) iniciou suas atividades em 2003 e desde então se tornou a mais importante instituição pública de ensino superior do Estado do Tocantins, em termos de dimensão e desempenho acadêmico (UFT, 2016). Atualmente é uma instituição em que mais de 70% dos alunos são oriundos das classes C e D, cuja renda familiar mensal gira em torno de três salários mínimos, sendo que 68% dos estudantes fazem parte da população de baixa renda e em condições de vulnerabilidade social (UFT, 2017).

Nesse sentido, a assistência estudantil é imprescindível para proporcionar condições equânimes de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente a essa parte da população, que se encontra em condições de vulnerabilidade social. Assim, a UFT atende à missão institucional de formar profissionais cidadãos e produzir conhecimentos que contribuam para o desenvolvimento socioambiental do Estado do Tocantins e da Amazônia Legal, promovendo valores como: responsabilidade social, equidade e transparência (UFT, 2016).

Diante do exposto, este trabalho aponta questões relevantes sobre a atuação da UFT na gestão da Política de Assistência Estudantil e na transparência na divulgação dos dados dessa política. Também analisa a implantação e o desenvolvimento da Política de Assistência Estudantil na UFT e ainda, busca entender como a UFT concebe e organiza seus programas da Política de Assistência Estudantil, verificando, assim, a transparência das informações contidas nos documentos institucionais.

### **Assistência Estudantil e o PNAES**

As Políticas de Assistência Estudantil, segundo o Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis - Fonaprace (2012), são um conjunto de princípios e diretrizes que norteiam a implantação de ações para garantir o acesso, a permanência e a conclusão de curso dos estudantes das IFES, na perspectiva de inclusão social, formação ampliada, produção de conhecimento, melhoria do desempenho acadêmico e da qualidade de vida agindo preventivamente, nas situações de repetência e evasão, decorrentes da insuficiência de condições financeiras.

Atualmente, o PNAES converteu-se na principal política de assistência estudantil do ensino superior do país, sendo regulamentado pelo Decreto nº 7.234/2010. Tem como objetivos a democratização das condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal; minimização dos efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior; redução das taxas de retenção e evasão; e, contribuição para a promoção da inclusão social pela educação.

Segundo Paula (2017), a aprovação do PNAES foi um marco na história da assistência estudantil no Brasil, pois o governo federal criou o compromisso, por lei, de garantir orçamento específico voltado à assistência estudantil para execução pelas IFES.

Os recursos do PNAES, repassados pela União às universidades, têm sido ampliados nos últimos anos, conforme Tabela 1, mas com a expansão na estrutura das universidades, aumento no número de cursos e alunos, o recurso nem sempre é suficiente para atender aos alunos vulneráveis das IFES.

**Tabela 1-** Recursos PNAES – valores empenhados

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
Recursos (R\$ em milhões)	295	417,4	512,8	637,6	713,5	895	941	987,3

**Fonte:** Câmara Legislativa (2016); MEC (2018).

Apesar do PNAES ser um programa federal, sua execução é descentralizada, cada IFES tem autonomia para utilizar os recursos disponibilizados, conforme suas demandas, particularidades locais e especificidades regionais. A única prerrogativa é que tenha como finalidade garantir assistência ao estudante (KOWALSKI, 2012; IMPERATORI, 2017) e sejam desenvolvidas nas áreas de moradia estudantil, alimentação, transporte, atenção à saúde, inclusão digital, cultura, esporte, creche e apoio pedagógico. Além disso, as ações das IFES, com o recurso do PNAES, devem ser efetivadas em articulação com as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

De acordo com Imperatori (2017), é interessante observar que são definidas as áreas estratégicas de atuação e não as formas de se executar as ações, o que resulta na diversidade de projetos e serviços implementados em cada IFES.

No âmbito do PNAES, cada instituição também é responsável por definir os critérios e a metodologia de seleção dos alunos, mas devem atender, prioritariamente, aos estudantes oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar per capita de até um salário mínimo e meio. Além disso, cabe a cada instituição fixar mecanismos de acompanhamento e avaliação do PNAES, prestando todas as informações solicitadas pelo Ministério da Educação.

Atualmente, a assistência estudantil assume lugar de destaque nas estratégias de combate às desigualdades sociais e regionais, por meio da democratização da Educação Superior (DOS REIS DUTRA; DE SOUZA SANTOS, 2017). Os programas de assistência estudantil vêm ganhando importância por ser uma das principais políticas públicas de enfrentamento da evasão de muitos

jovens em condições vulneráveis das universidades brasileiras (SANTOS JUNIOR; REAL; OLIVEIRA, 2014). As ações desenvolvidas com o PNAES constituem-se em políticas de permanência estudantil, que abarcam não somente o aporte financeiro, mas, também, outros fatores que estão direta ou indiretamente relacionados com a evasão, como por exemplo, a distância da família, a não adaptação ao curso, questões pessoais, dificuldades pedagógicas, problemas de saúde, entre outros (GILIOLI, 2016). Portanto, julga-se indispensável e oportuno dedicar-se ao desenvolvimento de estudos a respeito desse tema.

### **A Instituição em estudo: Universidade Federal do Tocantins**

A UFT foi instituída pela Lei 10.032 de 23 de outubro de 2000, mas iniciou suas atividades somente a partir de maio de 2003. De acordo com Alves (2013), foi a partir de 2005 que se destacou a necessidade de implantar uma política de assistência estudantil na UFT e até 2008 as ações nesse sentido foram focalizadas em programas de bolsas. Um importante avanço na estruturação da política de assistência estudantil na UFT foi a criação da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Proest) em 2008, voltada a atender essa demanda. Mas, sem dúvida, os recursos recebidos do PNAES foi o fator determinante para expansão dessa política na instituição (ALVES, 2013).

Hoje, a UFT conta com sete câmpus, implantados em sete cidades do estado do Tocantins: Araguaína, Arraias, Gurupi, Miracema, Palmas, Porto Nacional e Tocantinópolis. A Universidade possui 18.881 alunos e oferece 61 cursos de graduação presenciais (UFT, 2016). Além disso, na modalidade a distância são mais 26 cursos entre graduação, especialização e extensão; 17 programas de mestrado acadêmico; 9 mestrados profissionais e 6 doutorados,

reconhecidos pela Capes; e ainda vários cursos de especialização *lato sensu* presenciais (UFT, 2016).

Em sua trajetória, em consonância com seus valores, a UFT buscou a diversidade e equidade por meio de ações afirmativas como: a implantação de cotas, a consolidação de novos câmpus, a criação e a ampliação de novos cursos, entre outros (UFT, 2014).

Em 2004 a UFT foi pioneira entre as instituições federais de ensino a implantar cotas para indígenas, em 2013 começou a reservar vagas para estudantes de escola pública e em 2014 para quilombolas (UFT, 2014).

Nesse contexto, a UFT passou a buscar maneiras de proporcionar condições equânimes de acesso e permanência no Ensino Superior, especialmente à população de baixa renda e em condições de vulnerabilidade social e econômica, que passou a ser a maioria dos seus estudantes (UFT, 2017).

Os recursos advindos do PNAES possibilitaram a expansão das bolsas e investimentos em outras áreas estratégicas como moradia, alimentação e transporte. Atualmente, A UFT continua buscando a consolidação dessa política por meio de programas e projetos nas áreas elencadas no decreto do PNAES. Essa trajetória será descrita e analisada nesse artigo, visando fornecer subsídios para o aprimoramento da gestão das políticas de atendimento aos alunos.

### **Metodologia**

A pesquisa realizada se caracteriza como descritiva de abordagem qualitativa, utilizando a pesquisa documental como técnica de coleta de dados. A razão de conduzir um estudo de abordagem descritiva e qualitativa é entender, descrever e explicar os fenômenos por meio da análise de experiências individuais ou grupais, pela investigação de experiências, de relações ou de documentos (MARCONI; LAKATOS, 2008).

A pesquisa documental “é realizada em documentos conservados no interior dos órgãos públicos e privados de qualquer natureza: registros, regulamentos, circulares, ofícios, memorandos, regimentos, fluxogramas, organogramas e outros” (VERGARA, 2005, p. 48).

Os dados foram compilados por meio de documentos e relatórios disponíveis no site institucional da UFT, foram analisados os seguintes documentos: Planejamento Estratégico 2006-2010 e 2014-2022; Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) 2007-2011, 2011-2015 e 2016-2020; Relatório de Avaliação Institucional 2013-2016; e Relatório de Gestão 2013-2016. Os dados coletados foram complementados com a revisão bibliográfica.

Para análise de tais documentos utilizou-se o seguinte roteiro de procedimentos: leitura seletiva dos documentos, especificamente as partes referentes a assistência estudantil e ao PNAES; análise e destaque dos elementos do texto; busca por padrões nos textos analisados (semelhanças); agrupamento dos dados coletados, organizados em tabelas apresentadas e discutidas nos itens a seguir.

### **Resultados e Discussões: A Assistência Estudantil da UFT**

Diante das análises dos documentos consultados dentre os quais se destaca o Planejamento estratégico 2006-2010 e os PDI 2005-2011 e 2011-2015 entende-se que, dentre os objetivos estratégicos da universidade, está a implantação de uma política de assistência estudantil, que assegure a permanência de estudantes em situação de risco ou vulnerabilidade. Ressalta-se, ainda, que o Planejamento Estratégico 2006-2010 destacou o desafio da superação da demanda da assistência estudantil, frente à insuficiência de recursos. Assis et al. (2013) afirmam que a maioria das instituições não consegue desenvolver suas ações utilizando somente os recursos provenientes

do PNAES e necessitam complementar com outras verbas, como por exemplo, articulação com outros órgãos para execução dessa política.

Neste sentido, o Fonaprace (2012), recomendou aos gestores da política de assistência estudantil uma maior participação no planejamento institucional, visando destacar parte do orçamento, além dos recursos do PNAES, para ações dessa política. O trabalho nessa área é um investimento, já que uma política de assistência estudantil bem estruturada é capaz de reduzir gastos gerados por trancamento, evasão e atraso no tempo de conclusão dos cursos.

No Planejamento Estratégico 2006-2010 a gestão priorizou o fomento da Bolsa-Permanência e até 2008 as ações de assistência estudantil da UFT foram focalizadas em programas de bolsas. Essas informações corroboram com os dados encontrados na maioria dos relatórios: o programa Bolsa Permanência é o “carro chefe” da assistência estudantil da UFT (ALVES, 2013).

Já no Planejamento Estratégico 2014-2022 a Política orientada para assistência estudantil foi registrada como um ponto forte da instituição. Essa informação é resultado de um diagnóstico realizado por meio de seminários temáticos, oficinas de planejamento participativo e análise de cenários, que retrataram os pontos mais relevantes do ambiente interno e externo, utilizando a matriz SWOT (UFT, 2014).

Inicialmente, a execução da Política de Assistência Estudantil na UFT ficou a cargo da Pró-Reitoria de Extensão, Cultura e Assuntos Educacionais, a partir de 2008 foi criada a Pró-Reitoria de Assistência Estudantil (Proest) que passou, desde então, a ser responsável pela gestão dessa política. Dentre as competências da Proest destacam-se: desenvolver a política de assistência estudantil na Universidade; gerir as ações do PNAES; gerir os programas de auxílio permanência, saúde, moradia e alimentação, voltados para os estudantes; e, fomentar a participação dos alunos da UFT em eventos científicos

e acadêmicos.

Na Tabela 2, apresenta-se o número de alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT entre os anos de 2012 a 2015.

**Tabela 2-** Alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT

Ano	2012	2013	2014	2015
Previsto	1.779	3.658	7.246	9.280
Realizado	2.012	4.218	9.380	9.516

**Fonte:** Pesquisa documental (2017).

Observa-se que o número de alunos atendidos pela Política de Assistência Estudantil da UFT superou a meta planejada, para o período. Ressalta-se que os dados sobre o número de alunos matriculados, em situação de vulnerabilidade, não foram disponibilizados, o que dificultou o cálculo da porcentagem dos alunos atendidos, e ainda como a UFT consegue atender as metas, e se essas são traçadas corretamente. Visto que, embora o número de alunos atendidos tenha aumentado continuamente, a expansão dos cursos e a adoção do sistema de cotas aumentou o ingresso de alunos indígenas, quilombolas e oriundos das escolas públicas, ou seja, aumentou o ingresso de alunos em vulnerabilidade econômica e conseqüentemente a demanda por assistência. Assis et al. (2013) evidenciam que as universidades enfrentam dificuldades, principalmente no tocante à ausência de recursos humanos e financeiros suficientes para atender à demanda crescente, imposta pelas políticas de ampliação de vagas, à abertura de cursos noturnos, dentre outros.

Neste contexto, o sucesso das políticas de acesso, dependem da permanência dos estudantes até a conclusão dos cursos. A Tabela 3 apresenta a Taxa de Sucesso na Graduação (TSG). Este é um indicador de desempenho adotado em instituições de ensino superior, que informa a relação percentual entre o número de diplomados e o número total de ingressantes.

**Tabela 3-** Taxa de Sucesso na Graduação da UFT

Ano	2012	2013	2014	2015	2016
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	77,42	64,95	79,83	85,84	54,38

**Fonte:** Pesquisa documental (2017).

Nota-se que o desempenho positivo deste indicador se manteve ascendente desde o ano de 2013, porém a TSG caiu 36,65% em 2016, consequência da queda no número de alunos diplomados no ano em relação a 2015.

Em 2016 apenas 54,38% dos alunos concluíram seus cursos, no tempo de duração previsto. Um fator para a ocorrência de uma TSG relativamente baixa é a evasão, que pode ser influenciada, entre outros motivos, pela condição socioeconômica do aluno, que, muitas vezes, não permite a sua permanência na universidade (SANTOS JUNIOR; REAL; OLIVEIRA, 2014; GILIOLI, 2016). Essa TSG baixa, também pode ter sido consequência das greves dos anos anteriores, que ainda interferem no ano corrente (UFT, 2017).

A queda na TSG vai contra um dos objetivos do PNAES de reduzir as taxas de retenção e evasão (BRASIL, 2010). Assim, faz-se necessária a avaliação dos programas e/ou ações da Política de Assistência Estudantil desenvolvidas na instituição, de modo a conhecer quais as reais demandas dos estudantes.

Betzek (2015) argumenta que os programas de assistência estudantil devem ser desenvolvidos com o objetivo principal de garantir que o aluno não tenha que deixar seu curso por motivos financeiros. E a UFT buscou, ao longo dos anos, efetivar a Política de Assistência Estudantil por meio de programas e/ou ações em todas as áreas estratégicas do PNAES.

O Quadro 1 mostra a implantação dos programas e/ou ações de assistência estudantil nos anos de 2013-2016.

**Quadro 1-** Programas da Política de Assistência Estudantil da UFT

2013	2014	2015	2016
Programa Bolsa Permanência	Programa Bolsa Permanência	Auxílio Permanência	Programa Auxílio Permanência
Casa do Estudante	Casa do Estudante	Casa do Estudante	Programa de Moradia
Auxílio para participação em Eventos	Auxílio para participação em Eventos	Auxílio para participação em Eventos	Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
Apoio psicopedagógico	Apoio psicopedagógico	Apoio psicopedagógico	Programa de Promoção à Saúde
	Auxílio Alimentação	Auxílio Alimentação	Programa de Esportes, Recreação e Lazer
			Programa Auxílio Alimentação
			Programa de Transporte
			Programa de Avaliação e Acompanhamento
			Programa Auxílio Creche
			Programa de Apoio ao Discente Ingressante
			Programa de Integração ao Discente Ingressante

**Fonte:** Pesquisa documental (2017)

Ressalta-se que não foram encontradas informações sobre o número de alunos beneficiados e nem sobre o funcionamento dos programas de Promoção à Saúde, de Transporte, Auxílio Creche e de Integração ao Discente Ingressante, encontrou-se apenas os objetivos de cada um.

Segundo Fonprace (2012), diante da complexidade das necessidades do ser humano, a Política de Assistência Estudantil, no contexto do ensino superior, não pode atender apenas às necessidades básicas de alimentação, moradia e transporte. Por isso, a perspectiva de formação ampliada dos estudantes deve possibilitar o desenvolvimento de ações de caráter universal, por meio de

programas e projetos de atenção à saúde física e mental; incentivo à formação de cidadania e à cultura; esporte e lazer; acessibilidade; inclusão digital; ensino de línguas estrangeiras e apoio pedagógico, visando à redução das reprovações e evasão escolar.

Cabe destacar que o Programa Bolsa Permanência é destinado aos acadêmicos comprovadamente em situação de vulnerabilidade socioeconômica e oferece bolsas específicas para os alunos indígenas e quilombolas, alunos do Plano Nacional de Formação dos Professores da Educação Básica (Parfor), alunos de medicina e alunos do curso Educação do Campo. O objetivo desse programa é contribuir com a permanência através de bolsas que visam minimizar as dificuldades de ordem socioeconômica, indo ao encontro das áreas estratégicas do PNAES: permanência, moradia, alimentação, transporte e desempenho acadêmico (MEC, 2013).

Desta forma, a UFT oferece diferentes modalidades do Programa Bolsa Permanência, a um número crescente de estudantes até o ano de 2014, mas caiu em 2015, conforme mostra a Tabela 4.

**Tabela 4** - Número de alunos atendidos com o Programa Bolsa Permanência

Ano	2012	2013	2014	2015
Bolsas Permanência		682	650	-
Bolsas Permanência (estudantes de medicina)		8	8	-
Bolsas Permanência (estudantes indígenas e quilombolas)	761	184	184	
Auxílio Permanência Modalidade Educampo		-	150	238
Auxílio Permanência Modalidade Parfor		-	10	-
Total	761	874	1.002	238

**Fonte:** Pesquisa documental 2017).

A leitura da Tabela 4 mostra que o número de estudantes de medicina, indígenas e quilombolas beneficiados com a Bolsa Permanência se manteve em 2013 e 2014, porém a quantidade dos demais estudantes atendidos caiu, sendo que em 2014 foram 32 bolsas a menos que em 2013.

Em 2015, com relação ao Auxílio Permanência Modalidade Educampo houve um aumento de 58% das bolsas ofertadas. Destaca-se que em 2013 e 2015 não foram encontradas informações sobre o número de alunos beneficiados em algumas modalidades do Programa Bolsa Permanência. Além disso, em 2015 e 2016 não se verificou publicação de edital para o auxílio permanência, sendo que as bolsas foram concedidas em caráter emergencial, sem edital e não houve ampla divulgação. No exercício de 2015, 75 estudantes foram atendidos com a bolsa na modalidade emergencial e, em 2016 foram atendidos 365 estudantes.

Em 2014 teve início o auxílio na modalidade Educampo para alunos do curso Educação do Campo em Arraias e Tocantinópolis. O curso é parte de um conjunto de políticas de ações afirmativas do Ministério da Educação, via Secretaria de Formação Continuada, Alfabetização e Inclusão (SECADI). Ainda em 2014, foi prevista a oferta de 1.000 bolsas do Auxílio Permanência para o ano seguinte, mas os dados dos relatórios não demonstraram que essa meta tenha sido alcançada.

Em consonância com Assis et al. (2013) as casas do estudante são um exemplo de articulação das IES com outros órgãos para execução da política de assistência estudantil. A UFT, por meio das parcerias com o Estado do Tocantins e com prefeituras municipais, possui casas do estudante em seis dos seus sete câmpus: Araguaína, Palmas, Gurupi, Arraias, Porto Nacional e Tocantinópolis. Além disso, nas cidades de Palmas, Araguaína e Miracema existem casas exclusivas para os estudantes indígenas mantidas pela União do Estudante Indígena do Tocantins (Uneit). Entretanto, as casas estão com diversos problemas na estrutura, devido a falta de manutenção, mas como os imóveis pertencem ao Estado do Tocantins e, no caso de Arraias, ao município, de

acordo com as regulamentações vigentes, a UFT não pode administrar e nem reformar.

Assim, a UFT somente presta apoio à moradia dos estudantes por meio da doação de móveis e intermediação de soluções com as autoridades estaduais e municipais. Além disso, atualmente, está negociando para federalizar as casas. Em suma, os dados mostram a necessidade de a UFT buscar outras ações para auxiliar na moradia estudantil.

Outra forma de assistência, relevante para a formação plena dos estudantes, é o apoio à participação em eventos científicos, tecnológicos, artísticos, culturais, esportivos e políticos acadêmicos. Para receber o auxílio, os estudantes preenchem um formulário socioeconômico e podem receber o valor integral do valor ou apenas 50%, dependendo da renda familiar constatada. A Tabela 5 mostra o número de alunos atendidos por este tipo de auxílio, em três modalidades: auxílio individual, auxílio viagem individual e auxílio transporte terrestre.

**Tabela 5** - Número de alunos atendidos com o auxílio para participação em eventos

	2012	2013	2014	2015	2016
Auxílio Individual			312	103	89
Auxílio Viagem Individual			9	13	6
Auxílio Individual e Auxílio Viagem Individual (Passagens)	837	3.450	18	164	96
Total	837	3.450	339	280	191

**Fonte:** Pesquisa documental (2017)

Em 2014 foram gastos R\$ 630.000,00 com esses auxílios, entretanto, a leitura da tabela mostra que o número de beneficiados caiu drasticamente, ao longo dos anos.

Com relação ao auxílio transporte terrestre coletivo foram locados 41

ônibus para atender a todos os câmpus em 2014, 20 ônibus em 2015 e 16 ônibus em 2016. Esse programa busca incentivar a participação do acadêmico nas atividades universitárias; propiciar ao discente a possibilidade de utilizar seu potencial; assegurar uma formação profissional qualificada; e fornecer uma formação acadêmica ampla, com atividades científicas e acadêmicas dentro dos três pilares em que está fundamentado o conceito de universidade: ensino, pesquisa e extensão.

Segundo o Fonaprace (2012) essa vinculação com a pesquisa e extensão se faz necessária para que os programas de assistência estudantil não incorram no mero assistencialismo. Tudo isso vai ao encontro das disposições do PNAES à medida que viabilizam a igualdade de oportunidades nas atividades de ensino, pesquisa e extensão e contribuem para melhoria do desempenho acadêmico.

Além disso, a cultura é uma das áreas estratégicas do PNAES, assim, esse auxílio financeiro também é fornecido para participação em evento esportivo, sendo que os alunos bolsistas recebem 100% do auxílio e alunos não bolsistas recebem apenas 50% do valor. O objetivo destacado é de promover e incentivar a educação esportiva, recreativa e de lazer, contribuindo para o processo de formação integral, melhoria da qualidade de vida e ampliação da integração social da comunidade universitária. Em síntese, essa ação visa propiciar o bem-estar e a permanência do aluno dentro da universidade, criando elos de amizade e de comprometimento com a instituição. Para tal, em 2012 foram atendidos 272 alunos com o auxílio para participação em eventos esportivos e em 2013 foram atendidos 903 alunos.

De acordo com Dourado, Catani e de Oliveira (2003), a universidade deve ser por sua própria natureza o espaço de culturas diversas e de diferentes visões de mundo. Neste sentido, deve ter como objetivo ministrar e produzir

cultura, tornando-a também acessível às camadas menos favorecidas, por isso é importante que a assistência estudantil atue de forma a promover ações culturais, científicas, tecnológicas, artísticas, esportivas. A problemática para composição ou recomposição de um quadro técnico estruturado de forma a operacionalizar as ações da assistência estudantil, em conjunto com a falta de um ambiente adequado para atendimento ao estudante, segundo o Fonaprace (2012), são os maiores entraves para a execução de uma política eficiente de assistência.

Esses entraves são percebidos na UFT, visto que o apoio psicopedagógico, inicialmente é oferecido apenas no câmpus de Palmas não atendendo à demanda de toda a UFT. Isto justifica-se porque esse tipo de apoio requer uma equipe multidisciplinar e ambiente adequado, que não existe nos outros câmpus. Uma das responsabilidades da equipe de apoio psicopedagógico é fazer o acompanhamento dos bolsistas e do Programa Auxílio Permanência, nos Câmpus.

Em 2015, no Câmpus de Palmas, ocorreram avanços na tentativa de proporcionar um ambiente melhor para os alunos em vulnerabilidade, com a oferta de oficinas e trabalhos em grupos com os temas: Gestão de Tempo, Apresentação Oral de Trabalhos, Planejamento de Curso, Motivação, Gestão e Controle do Estresse e Ansiedade, Organização e Estudo, Planejamento de Carreira, Participação em Processos Seletivos, TCC não é bicho de sete cabeças, além de oficinas para alunos ingressantes. Nesse mesmo ano, iniciou-se o Projeto Acolhimento, que consiste em recepcionar os novos alunos na primeira semana de cada semestre letivo, com o objetivo de apresentar o programa de apoio psicopedagógico e disponibilizar informações institucionais essenciais para familiarização e integração com o ambiente universitário.

Outra importante contribuição foi a efetivação do auxílio alimentação,

por meio do Restaurante Universitário. Em 2010, a UFT passou a receber recurso de capital destinado a Assistência Estudantil, que foi investido na construção dos Restaurantes Universitários (RU) em Palmas, Araguaína e Gurupi. Essa ação está em consonância com as áreas estratégicas do PNAES. Os Rus funcionam nos câmpus de Palmas e Araguaína respectivamente desde julho e agosto de 2014, dando início a oferta do Auxílio Alimentação nesses câmpus.

Em 2015 começaram as ações para viabilizar a abertura de uma unidade do RU no Campus de Araguaína (unidade Cimba) e de Gurupi. Também foram tomadas providências para adequação de espaço físico, para o restaurante no câmpus de Porto Nacional, mas com uma estrutura menor do que nos outros câmpus, visto possuir menor demanda de alunos. Assim, em 2016 o auxílio alimentação também começou a ser ofertado em Gurupi e, em 2017, em Porto Nacional.

A Tabela 6 mostra os valores gastos com o RU de Palmas e Araguaína e a Tabela 7, o número de estudantes atendidos com o auxílio alimentação, até 2016.

**Tabela 6** - Gastos com a construção do RU no câmpus de Palmas e Araguaína

Ano	2012
Pregão Material Permanente	R\$ 1.092.266
Obra do RU de Palmas	R\$ 2.479.457,70
Obra do RU de Araguaína	R\$ 2.446.322,14
Total	6.018.045,84

Fonte: Pesquisa documental (2017).

**Tabela 7** - Número de estudantes atendidos com o auxílio alimentação

Valor do auxílio alimentação	2014		2015		2016
	Palmas	Araguaína	Palmas	Araguaína	Palmas, Araguaína e Gurupi
100% (custo para o aluno R\$ 0,00)	200	200	209	5.528	400
71,42% (custo para o aluno R\$ 1,50)	200	150	198	*	350

43% (custo para o aluno R\$ 2,50)	200	150	1.000	21.007	350
Total	600	500	1.407	26.705	1.100

**Nota.** Não houve inscrito.

**Fonte:** Pesquisa documental (2017).

A leitura das tabelas 6 e 7, mostra, além dos investimentos nos RU, que o atendimento, nas Unidades implantadas, cresceu muito até 2015, com queda significativa em 2016.

Em 2016, com relação a diretriz “Dimensionar Ações em Programas de apoio aos estudantes”, a Proest informou que foram concedidos 3.970 auxílios aos estudantes e o índice de satisfação quanto à Assistência Estudantil foi de 72,09%. No mesmo ano, os alunos foram perguntados sobre como avaliavam os programas de atendimento e assistência estudantil da universidade, os resultados mostraram que 57,9% da comunidade acadêmica avaliou de forma positiva, 31,1% negativamente e 11% não soube opinar ou não conhece esses programas. O Quadro 2 apresenta um resumo das estratégias elencados nos documentos da UFT, bem como as ações que foram tomadas pela instituição.

**Quadro 2 - Estratégias da UFT com relação à Assistência Estudantil**

Estratégias	Documento Institucional	Realizado
Ofertar bolsas, bolsa-estágio e bolsa-trabalho por meio de convênios com instituições públicas e privadas	Planejamento Estratégico 2006-2010 PDI 2007-2011 PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	A concessão de bolsas é a principal ação da Assistência Estudantil da UFT
Discutir com lideranças municipais e estaduais sobre a Casa do Estudante	Planejamento Estratégico 2006-2010 PDI 2007-2011 PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	Reuniões para federalização das casas
Estabelecer parcerias cm as prefeituras e o governo	PDI 2007-2011	Casas exclusivas para os estudantes indígenas em Palmas, Araguaína e

estadual para a construção da Casa do Estudante Indígena	PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	Miracema
Construir Restaurantes Universitário	Planejamento Estratégico 2006-2010 PDI 2011-2015	Rus nos câmpus de Palmas, Araguaína, Gurupi e Porto Nacional
Realizar eventos para discutir, com discentes, temas relacionados à assistência estudantil	PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	Em 2013 foi realizado o I Seminário de Políticas Estudantis da UFT em Palmas e em 2017 a ação se estendeu para os demais câmpus, sendo feita também uma avaliação da Política de Assistência Estudantil
Oferecer transporte aos alunos	PDI 2007-2011 PDI 2011-2015	Ônibus gratuito para o câmpus de Palmas e auxílio nas passagens para participação em eventos
Implantar novas formas de acesso aos cursos de graduação, além do vestibular	PDI 2007-2011	Acesso através do SISU
Ampliar os Núcleos de Assistência Estudantil dos câmpus	PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	Com o concurso de Técnicos-Administrativos de 2014 começaram a estruturar as equipes de apoio psicopedagógico dos demais câmpus
Acompanhar os estudantes contemplados pelo Programa Bolsa Permanência	PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	Uma das responsabilidades da equipe de apoio psicopedagógico é acompanhar os bolsistas
Implementar um sistema de comunicação eficiente, para garantir que os alunos, em especial os mais carentes, possam usufruir dos benefícios que tem direito	PDI 2011-2015	Informações nos Programa de Integração e Apoio ao Discente Ingressante; aperfeiçoamento do Portal; e seleção através de editais
Aperfeiçoar o sistema de concessão de bolsas	PDI 2011-2015 PDI 2016-2020	Desenvolvimento do Cadastro Unificado de Bolsas e Auxílios (Cubo), sendo que o módulo do sistema Solicitação de Auxílio Permanência está previsto para ser entregue em maio de 2017

**Fonte:** Pesquisa documental (2017)

O Quadro 3 apresenta os objetivos estratégicos elencados Planejamento Estratégico 2014-2022, bem como as ações e/ou programas da Política de Assistência Estudantil, que visam contribuir para o alcance dos mesmos.

**Quadro 3** - Objetivos estratégicos e respectivas ações ou programas da Política de Assistência Estudantil

<b>Objetivos estratégicos</b>	<b>Ação/Programa</b>
Criação da política de apoio à casa do estudante	Programa de Moradia
Criação e implementação de um programa de nivelamento da leitura, escrita e informática	Programa de Monitoria e Programa de monitoria Indígena
Promoção de incentivo à cultura	Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
Incentivo ao esporte	Programa de Esportes, Recreação e Lazer
Apoio à qualificação em eventos	Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
Apoio à qualificação acadêmica	Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
Discussão com o Diretório Central dos Estudantes (DCE) e Centro Acadêmicos (CAs) sobre os princípios e orientações que norteiam os recursos do PNAES para definição dos critérios para distribuição de bolsas-assistências	Seminários com os discentes em todos os câmpus
Concessão de auxílio transporte e/ou vale transporte para alunos que não foram contemplados com o bolsa permanência	Programa de Transporte
Concessão de recursos para participação em eventos culturais e científicos	Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos
Construção de casa do estudante e/ou auxílio moradia para pagamento de aluguel	Programa de Moradia
Fortalecimento das ações do atendimento multiprofissional, incluindo a assistência psicossocial, pedagógica e de profissionais da área de saúde em todos os câmpus	Programa de Avaliação e Acompanhamento; Programa de Promoção a Saúde
Construção de Restaurante Universitário ou Cantina Universitária nos câmpus que não contemplados até 2011	Foram construídos Rus em Palmas, Gurupi, Araguaína e Porto Nacional, faltam três câmpus
Implantação de política de permanência dos estudantes indígenas a partir da discussão com os estudantes indígenas e lideranças e as pró-reitorias de Graduação, Assistência Estudantil e Extensão e Cultura	Casa do Estudante Indígena; Seminários exclusivos para estudantes indígenas; Programa de Monitoria Indígena

**Fonte:** Pesquisa documental (2017)

A UFT possui pelo menos uma ação/programa para atender a cada um de seus objetivos estratégicos, mas ainda há um caminho longo em direção à consolidação da Política de Assistência Estudantil. Por exemplo, com relação ao

Programa Moradia, a UFT está buscando a federalização das Casas do Estudante, mas essas negociações já duram anos e a instituição não oferece outro auxílio nessa área. Além disso, não são todos os câmpus que possuem as casas exclusivas para indígenas, nem os Rus. O apoio psicopedagógico e o transporte gratuito para o campus também só estão consolidados no câmpus de Palmas. Percebe-se que a maioria das ações de assistência se inicia no câmpus de Palmas e demora a se expandir para os demais câmpus.

### **Documentos Institucionais UFT**

Ao analisar o Planejamento Estratégico e o PDI, que são documentos norteadores das ações da universidade, percebe-se que citaram a Assistência Estudantil e elencaram as diretrizes e estratégias a serem desenvolvidas. Destaca-se, como ponto negativo, o fato de ter sido encontrados no portal da instituição o planejamento referente aos anos de 2006-2010 e 2014-2022, ou seja, houve uma lacuna nos anos de 2011 a 2013.

Quanto aos Relatórios de Avaliação Institucional, foi possível observar diversas evoluções. Com relação aos relatórios de 2006-2012, por exemplo, Alves (2013) destaca que, em 2013 foi dada ênfase à Casa do Estudante, sendo listados os problemas da casa de cada câmpus. No relatório do mesmo ano, foi apresentada uma tabela com o número de beneficiados pelo programa bolsa permanência, especificando os estudantes de medicina, indígenas e quilombolas, Parfor e Educampo. No relatório de 2014 foi informado o valor do auxílio para participação em eventos. Já no Relatório de Avaliação Institucional 2014 houve uma previsão de oferta de mais de 1.000 bolsas auxílio permanência, mas o relatório de 2015 não mostrou se essa meta foi cumprida.

Nos relatórios de 2014 e 2015 foram destacadas todas as áreas do PNAES abrangidos pela Política de Assistência Estudantil na UFT. No relatório

deste mesmo ano, assim como no de 2016, foi apresentada uma tabela com a quantidade de atendimentos do auxílio para participação em eventos, comparados com o ano anterior, iniciativa facilita a visualização do desenvolvimento do programa.

Os Relatórios de Gestão foram os que mais informaram valores gastos com os programas da Política de Assistência Estudantil da UFT, mas não especificou os valores para cada programa. Apenas nos anos de 2012 e 2013 citaram alguns gastos com os Rus. Destaca-se que tais relatórios não possuem um modelo e as informações variaram a cada ano, por exemplo, de 2012 a 2015 foi apresentado a meta prevista de alunos a serem atendidos pela Política de Assistência Estudantil, mas essa informação não foi incluída em 2016.

Em 2016, de acordo com o Relatório de Gestão, o índice de satisfação quanto à Assistência Estudantil foi de 72,09%, mas não informa a amostra da pesquisa e nem a metodologia empregada. No mesmo ano, o Relatório de Avaliação Institucional, mostrou que 57,9% da comunidade acadêmica avaliaram como positivos os programas de atendimento e assistência estudantil. Entretanto, cabe ressaltar que a pergunta, que deu origem a tal dado, possuía três respostas positivas, uma negativa e uma para quem não sabia opinar. Mais uma vez a metodologia e amostra não foram adequadamente informadas. Por outro lado, essas pesquisas de opinião representam um avanço na composição dos relatórios institucionais, pois nada fora feito nesse sentido, nos anos anteriores.

Além disso, nenhum dos documentos institucionais informou a quantidade de alunos atendidos pelas Casas do Estudante e em alguns anos esse programa nem foi citado. O programa e/ou ação Esportes apareceu somente no Relatório de Gestão 2012 e 2013, e no PDI 2016-2020. Apenas em

2016 o Relatório de Gestão começou a acompanhar as ações expressas no PDI, mostrando por meio de indicadores, se as metas estão sendo cumpridas.

Os documentos institucionais analisados apresentaram algumas divergências de informações, dentre as quais se destaca que, em 2013, o número de beneficiados no Programa Bolsa Permanência, apresentados nos Relatórios de Avaliação Institucional e no Relatório de Gestão, não são os mesmos. O primeiro informou que foram beneficiados 874 estudantes, enquanto o segundo informou que foram 784. Já os Relatórios de Gestão de 2014 a 2016 não informaram sobre a quantidade de estudantes beneficiados pelo programa.

Os relatórios não são transparentes, deixam lacunas em diversas informações, o que impossibilita uma visão macro e o acompanhamento da trajetória da Política de Assistência Estudantil. Em geral, os documentos institucionais foram muito sucintos no que diz respeito à Política de Assistência Estudantil e não houve um modelo para as informações apresentadas.

De acordo com Dourado, Catani e de Oliveira (2003) é fundamental criar e definir conceitos, princípios, critérios, procedimentos e indicadores para promover a autoavaliação. Os autores afirmam que essa autoavaliação auxilia na adequação dos programas ao orçamento e à necessidade dos alunos. Fonaprace (2012) complementa como quesito fundamental que a avaliação inclua a opinião dos discentes e demais pró-reitorias, que seja realizada de forma continuada e que abranja a dinâmica dos serviços e projetos realizados.

Assis et al. (2003) apresenta como parâmetro a experiência da Universidade Federal de Viçosa (UFV) cujo Relatório de Autoavaliação Institucional 2012, explicitou uma avaliação da política de atendimento ao discente, por meio de pesquisa com os técnico-administrativos, alunos e docentes. Tal avaliação foi realizada a partir de questões que contemplavam

assuntos como moradia estudantil, utilização dos serviços da divisão de saúde, higiene do ambiente onde ocorrem os atendimentos, qualidade do atendimento, a questão de disponibilidade de vagas para consulta, entre outros itens. Outros bons exemplos são os da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e da Universidade Estadual de Londrina (UEL), que realizaram pesquisas para elaboração do Perfil Socioeconômico e Cultural de seus estudantes, para conhecer e mapear a realidade, visando elaborar e reorganizar ações no sentido de atender às reais necessidades do público alvo da política de assistência estudantil.

### **Considerações Finais**

A UFT iniciou suas atividades em 2003 e, em 2005, a Política de Assistência Estudantil já foi apontada, como um desafio a ser enfrentado, em seu Planejamento Estratégico. Desde então, a IES tem investido e avançado nessa política, citando-a em todos os documentos institucionais. A universidade foi a primeira a estabelecer cotas para estudantes indígenas em seus processos seletivos, reservar, em 2013, vagas para estudantes de escola pública e, em 2014, para Quilombolas. Entre outras ações de assistência estudantil, a UFT, também designou a Proest como gestora dessa política.

Desde a criação da Política de Assistência Estudantil da UFT, os programas oferecidos foram atualizados e melhorados, sempre buscando abranger todas as áreas do PNAES e cumprir os objetivos elencados, em seus documentos institucionais. Atualmente, oferece aos seus alunos: Programa Auxílio Permanência; Programa de Moradia; Programa de Apoio à Participação dos Discentes em Eventos; Programa de Esportes, Recreação e Lazer; Programa Auxílio Alimentação; Programa de Avaliação e Acompanhamento; e, Programa de Apoio ao Discente Ingressante. Apesar dos Programas de Promoção à Saúde,

de Transporte, Auxílio Creche e de Integração ao Discente Ingressante serem elencados entre os ofertados, não foram encontrados dados sobre seus funcionamentos.

Mesmo com a evolução, a Política de Assistência Estudantil encontra-se aquém do ideal, necessitando, por exemplo, de melhorias nas casas do estudante e na oferta do auxílio alimentação. É urgente, também, a consolidação das equipes de apoio psicopedagógico, em todos os câmpus. Precisa, ainda, desenvolver programas em todas as áreas do PNAES e expandir o número de beneficiados pelos programas de assistência estudantil.

Em consonância com a pesquisa de Alves (2013) a análise dos relatórios institucionais mostrou o crescimento da Política de Assistência Estudantil e os caminhos da gestão para sua consolidação. Entretanto, em relação à transparência das informações, são necessários aperfeiçoamentos. Entende-se que os documentos institucionais analisados não abrangem todas as ações da instituição, o que impossibilita uma análise detalhada de cada uma delas. Dessa forma, para contribuir com a transparência e o controle pela comunidade acadêmica, sugere-se que sejam disponibilizados relatórios padronizados, específicos da Proest, que proporcionem informações mais específicas sobre a Política de Assistência Estudantil.

Além disso, sugere-se que as informações prestadas, para execução dos documentos institucionais, sejam exclusivamente os dados divulgados pela Proest, gestora das ações. Para isso, faz-se necessário informatizar os dados da Política de Assistência Estudantil o que proporcionará uma maior agilidade na prestação de informações e melhor cruzamento de dados, possibilitando correlações e avaliações mais completas e fidedignas.

Recomenda-se, também, que sejam criados e divulgados modelos para os Relatórios de Gestão e de Avaliação Institucional, pois, na maioria das vezes,

os câmpus apresentam informações sobre diferentes assuntos, sem acampar todas as ações. Tais inconsistências nas informações impossibilitam futuras comparações, observações da evolução, análises do cumprimento das metas, entre outras correlações.

A assistência estudantil é um tema de grande interesse no contexto nacional assim, tem-se consciência do não esgotamento da temática nesse trabalho, mas espera-se que o mesmo sirva de base para futuros estudos, com métodos diferenciados que contribuam para o preenchimento das lacunas encontradas e para ampliação dos debates sobre o assunto apresentado.

## Referências

ALVES, E. J. Análise da política de assistência estudantil da Universidade Federal do Tocantins a partir dos relatórios de avaliação institucional da CPA. **Seminários Regionais**, 2013.

ASSIS, A. C. L. et al. As Políticas de Assistência Estudantil: experiências comparadas em universidades públicas brasileiras. **Revista GUAL**, Florianópolis, v. 6, n. 4, p. 125-146, Edição Especial. 2013.

BETZEK, S. B. F. **Avaliação do Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES na UTFPR Câmpus Medianeira**. 2015. 139 fl. Dissertação (Mestrado em Educação). Marília: Universidade Estadual Paulista – UNESP.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES, 2010. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2010.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Diário Oficial da União**. Brasília, n. 248, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Manual de Gestão do Programa Bolsa Permanência**. Brasília, DF: MEC, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. PNAES – **Plano Nacional de Assistência Estudantil**. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: <file:///Users/thiago/Downloads/DOC\_PARTICIPANTE\_EVT\_4053\_1491221682223\_K-Comissao-Permanente-CDH 20170403EXT010\_parte7622\_RESULTADO\_1491221682223%20(2).pdf.>. Acesso em 20 Abr. 2018.

CAMARA LEGISLATIVA. **Recurso PNAES** – valores empenhados de 2001 a 2015. 2016. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-permanentes/ce/audiencias-publicas-1/apresentacoes/apresentacao-vicente-de-paula-sesu-mec>>. Acesso em 20 Abr. 2018.

CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos**. Petrópolis, Vozes, 2008.

COSTA, M. C. C. F. Os impactos da Política de Assistência Estudantil no rendimento acadêmico. **A Revista História, Movimento e Reflexão**, v. 3, n. 1, 2017.

DOS REIS DUTRA, N. G.; DE SOUZA SANTOS, M.F. Assistência estudantil sob múltiplos olhares: a disputa de concepções. **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, v. 25, n. 94, p. 148-181, 2017.

DOURADO, L. F.; CATANI, A. M.; DE OLIVEIRA, J. F. **Políticas e gestão da educação superior: transformações recentes e debates atuais**. São Paulo: Xamã, 2003.

FONAPRACE, Fórum Nacional de Pró-Reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis. **Revista Comemorativa 25 anos: Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis**. ANDIFES. UFU, PROEX, 2012.

GILIOLI, R.S. P. **Evasão em instituições federais de ensino superior no Brasil: expansão da rede, Sisu e desafios**. 2016.

GRAEFF, B. A. **A política de assistência estudantil na universidade federal: da escola pública para o ensino superior**. 2014. 101 fl. Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

IMPERATORI, T. K. The trajectory of student assistance in Brazilian higher education. **Serviço Social & Sociedade**, n. 129, p. 285-303, 2017

KOWALSKI, A. V. **Os (des) caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos**. 2012. Tese (Doutorado em Serviço Social). Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

LIMA, W. A. S.; FERREIRA, L. C. Mapeamento e Avaliação das Políticas Públicas de Assistência Estudantil nas Universidades Federais Brasileiras. **Revista Meta: Avaliação**, v. 8, n. 22, p. 116-148, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Técnicas de Pesquisa: Planejamento, execução e amostragens**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

PAULA, M. F. C. Democratization policies of the Brazilian higher education: limits and challenges for the next decade. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior** (Campinas), v. 22, n. 2, p. 301-315, 2017.

SANTOS JUNIOR, J. S.; REAL, G. C. M.; OLIVEIRA, R. L. P. **Aprimoramento da Gestão Acadêmica: intervenções e alternativas para controle da evasão estudantil**. 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Planejamento Estratégico 2006-2010**: por uma universidade consolidada democrática, inserida na Amazônia. 2ª impressão. Palmas, 2006. Disponível em <[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder\\_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico)> Acesso em 10 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Planejamento estratégico 2014-2022**. Comitê de planejamento. Palmas, 2014. Disponível em <[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder\\_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=f0ebc70c-e5ac-480d-9681-588db94285d9&folder_name=Planejamento%20Estrat%C3%A9gico)> Acesso em 10 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2007-2011**. Palmas, 2007. Disponível em <[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder\\_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI))> Acesso em 20 Abr. 2018.

DOI: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n5p849>

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional** 2011-2015. Palmas, 2011. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder\\_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)>](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI)>) Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Plano de Desenvolvimento Institucional** 2016-2020. Palmas, 2016. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder\\_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20\(PDI\)>](http://ww2.uft.edu.br/index.php/documentos?option=com_jal fresco&view=jal fresco&Itemid=148&id=a7900f36-f81d-467f-b4b9-e2f97dcfc356&folder_name=Plano%20de%20Desenvolvimento%20Institucional%20(PDI)>) Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2013**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2014. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder\\_name=CPA&last=1>](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder_name=CPA&last=1>) Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2014**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2015. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder\\_name=CPA&last=1>](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder_name=CPA&last=1>) Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2015**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2016. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder\\_name=CPA&last=1>](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder_name=CPA&last=1>) Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Avaliação Institucional 2016**. Comissão Própria de Avaliação. Palmas, 2017. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder\\_name=CPA&last=1>](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jal fresco&view=jal fresco&id=ab4de842-b688-4dac-a209-4aeed2e120fa&folder_name=CPA&last=1>) Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2013.** Palmas, 2014. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder\\_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1)> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2014.** Palmas, 2015. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder\\_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1)> em Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2015.** Palmas, 2016. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder\\_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1)> Acesso em 20 Abr. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS - UFT. **Relatório de Gestão 2016.** Palmas, 2017. Disponível em <  
[http://ww2.uft.edu.br/?option=com\\_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder\\_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1](http://ww2.uft.edu.br/?option=com_jalfresco&view=jalfresco&id=618d0193-be1a-43e8-93d3-afef6b739c0a&folder_name=Relat%C3%B3rios%20de%20Gest%C3%A3o&last=1)> Acesso em 20 Abr. 2018.

VERGARA, S, C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2003.